OEA/Ser.W

 CIDI/INF. 373/20

 16 julho 2020

 Original: inglês

**Segundo Semestre do**

**Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)**

**julho a dezembro de 2020**

**TEMA: RUMO À COOPERAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA NO HEMISFÉRIO**

**Segundo semestre do**

**Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)**

**julho a dezembro de 2020**

**TEMA: RUMO À COOPERAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA NO HEMISFÉRIO**

**Nota Conceitual**

1. **INTRODUÇÃO**

 Nos últimos anos, muitos Estados membros sofreram alguns dos piores desastres de sua história. Os desafios apresentados por esses desastres foram ainda mais agravados pela pandemia de COVID-19, que tem produzido declínios socioeconômicos esmagadores na região. Em vista disso, os Estados membros da OEA determinaram que a Assembleia Geral da Organização constitui um momento oportuno para concentrar a atenção da região na necessidade de construir sistemas econômicos, sociais e ambientais resilientes. É imperativo que a comunidade da OEA considere a possibilidade de encontrar soluções compartilhadas para conter o impacto de vários choques internos e externos.

 Em preparação para a discussão sobre resiliência no âmbito da Assembleia Geral, propõe-se que o próximo semestre do CIDI se concentre em produzir uma compreensão mais profunda da construção de resiliência e, especificamente, lançar as bases para o desenvolvimento de cooperação e parcerias nessa construção de resiliência entre os Estados membros.

 A fim de melhor lidar com a construção de resiliência, é importante compreender o contexto dessa questão.

 A agenda global de resiliência tem sua gênese em uma agenda de redução da vulnerabilidade, que foi posta em marcha com o lançamento de uma publicação de 1985, intitulada *Small States in the Global Society: Report of a Commonwealth Consultative Group (CCG) on the Special Needs of Small States*. Desde então, as noções de vulnerabilidade assumiram relevância universal, uma vez que os países, grandes e pequenos, têm sofrido impactos negativos decorrentes de choques internos e externos, como desastres, crises financeiras globais, choques nos preços da energia e das matérias-primas.

 Em termos gerais, existem três tipos de vulnerabilidade. A vulnerabilidade econômicarelaciona-se aos riscos enfrentados pelas economias devido a choques exógenos nos seus sistemas de produção, distribuição (especialmente nos mercados) e consumo. A vulnerabilidade ambientaldiz respeito principalmente ao risco de danos aos ecossistemas naturais de um país (por exemplo, recifes de coral, zonas úmidas, água doce, áreas costeiras e recursos marinhos, florestas e solos). A vulnerabilidade socialreflete o grau em que as sociedades ou grupos socioeconômicos são afetados negativamente por tensões e perigos, quer provocados por forças externas ou por fatores intrínsecos — internos e externos — que afetam negativamente a coesão social de um país (PNUD 2002).

 Mesmo quando se faz uma distinção na literatura entre esses três tipos de vulnerabilidade, na realidade, as suas características interligadas significam que a vulnerabilidade em uma área pode afetar todas as outras. Muitas formas de desenvolvimento econômico corroem os recursos ambientais que lhes servem de base. A degradação ambiental pode ser uma fonte de conflito social que, por sua vez, pode influenciar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. A pobreza é uma das principais causas e efeitos dos problemas ambientais mundiais (CMMAD, 1987)[[1]](#footnote-1).

 Os desastres são comumente vistos como a fonte das maiores ameaças à resiliência econômica, social e ambiental na América Latina e no Caribe (ALC) — a segunda região mais propensa a desastres do mundo. O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários estima que, na última década (2000–2019), 152 milhões de pessoas na região da ALC foram afetadas por 1.205 desastres: 548 inundações, 330 tempestades, 75 terremotos, 74 secas, 66 deslizamentos de terra, 24 incêndios florestais, 50 eventos de temperatura extrema e 38 eventos vulcânicos[[2]](#footnote-2). Os impactos dos desastres descritos acima têm sido abrangentes e profundos. Incluem interrupções na atividade econômica, fechamento de escolas, perda de empregos, redução de divisas e da renda nacional para os governos, impactos psicológicos e deslocamento interno resultante de danos às casas e à infraestrutura social e econômica.

 Neste momento, os governos estão lutando para enfrentar as vulnerabilidades existentes e aquelas expostas ou exacerbadas pela pandemia de COVID-19. O consenso é que os governos e seus parceiros de desenvolvimento têm uma oportunidade de fazer a transição da vulnerabilidade para a resiliência, repensando a forma como o desenvolvimento da região é planejado na busca de um futuro mais sustentável e equitativo.

1. **A TRANSIÇÃO DA VULNERABILIDADE PARA A RESILIÊNCIA**

 A rede *Resilience Alliance* define resiliência, quando aplicada a sistemas integrados de pessoas, economias e natureza, como:

* 1. A quantidade de perturbação que um sistema pode absorver e ainda permanecer dentro do mesmo estado ou domínio de atração.
	2. O grau em que o sistema é capaz de se auto-organizar (*versus* falta de organização ou organização forçada por fatores externos).
	3. O grau em que o sistema pode construir e aumentar a capacidade de aprendizagem e adaptação (Carpenter, 2001).

**Resiliência econômica**

 Resiliência econômica refere-se à medida em que uma economia pode resistir aos efeitos negativos dos choques externos ou deles se recuperar. A capacidade de uma economia absorver choques externos está associada à sua flexibilidade, como, por exemplo, aquela que proporciona uma posição fiscal forte o suficiente para suportar a utilização de despesas discricionárias ou cortes fiscais para neutralizar os efeitos de choques negativos.

 Na construção da resiliência econômica, é essencial determinar se há deficiência de um “ativo” específico no país/região, como, por exemplo, inadequação das competências na força de trabalho, educação de baixa qualidade, baixa produtividade das pequenas empresas e barreiras que dificultam o seu acesso à capacitação e aos recursos financeiros, falta de bons serviços de infraestrutura, baixa taxa de inovação e dependência de alguns produtos e mercados de exportação, entre outros.

 As estratégias de competências orientadas ao emprego, por exemplo, podem contribuir para a construção de uma força de trabalho resiliente e mais bem preparada para a transição para os novos empregos criados pela economia digital. O desenvolvimento de polos ou indústrias a partir dos recursos típicos e dos pontos fortes competitivos de um país ou região pode ajudar a promover a inovação para o desenvolvimento econômico local e reduzir a dependência em relação a uns poucos produtos, enquanto os programas de capacitação, os serviços coordenados de apoio às empresas e os marcos normativos podem contribuir eficazmente para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

 Um sistema ou ferramentas de “alerta rápido” podem fornecer avaliações periódicas da prontidão da economia de um país em caso de choques externos. O planejamento da recuperação pré-ruptura ajuda a definir os papéis, responsabilidades e ações das principais partes interessadas em nível local e nacional. Além disso, a existência de um processo de comunicação e monitoramento periódico das necessidades da comunidade empresarial e de outras partes interessadas durante e após uma ruptura possibilitará uma recuperação mais rápida. Um programa de continuidade e prontidão empresarial, por exemplo, ajudará as pequenas empresas e outros atores do setor privado a retomarem suas operações após o choque externo. Programas feitos sob medida podem ajudar a realinhar e recapacitar a força de trabalho do país após a ruptura.

 Além disso, o uso da metrologia — a ciência da medição, padronização e conformidade — será destacado no diálogo, dado o seu papel central no fortalecimento da resiliência econômica, particularmente em um contexto em que é fundamental a cooperação internacional. Ao utilizar medições e padrões comparáveis, a metrologia promove a inovação, as tecnologias emergentes, a cooperação científica, a manufatura industrial e o comércio internacional; e, ao garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos materiais e componentes nos produtos, tem efeitos diretos sobre a qualidade de vida da população e na proteção do meio ambiente.

 A Secretaria-Geral da OEA já assiste os Estados membros facilitando cooperação horizontal com vistas à adaptação de políticas e programas bem-sucedidos na construção da resiliência econômica. As experiências do Intercâmbio para a Competitividade das Américas (ACE), da Rede Interamericana para a Administração Trabalhista (RIAL) e do Programa do Centro de Desenvolvimento de Pequenas Empresas do Caribe (SBDC) são provas disso.

**Resiliência ambiental**

 Embora a resiliência ambiental englobe várias dimensões, as questões mais urgentes para a região são as relacionadas com a energia e os desastres naturais, bem como com a capacidade de preparação, resposta e recuperação dos cidadãos diante dos vários tipos de desastres.

*Resiliência energética*

 Do ponto de vista da construção da competitividade e da conservação de divisas, são convincentesos argumentos a favor da mudança para uma infraestrutura energética resiliente. O desafio, porém, é assegurar que essa transição seja feita de forma a não prejudicar a segurança energética. Embora as fontes renováveis possam proporcionar redundância de redes de energia e sistemas descentralizados, surgem novos desafios para a construção da resiliência da fonte, das linhas de distribuição e dos sistemas de armazenamento de energia. A segurança elétrica é vital para o bom funcionamento das sociedades e economias modernas. As tecnologias digitais, as comunicações, o transporte, a infraestrutura (incluindo a infraestrutura de saúde) e as operações industriais dependem de um fornecimento confiável e eficiente de eletricidade. À medida que os sistemas energéticos se tornam mais interconectados e inteligentes e que vários países mudam para fontes de eletricidade menos intensivas em carbono, a segurança desses sistemas torna-se primordial. Consequentemente, os sistemas energéticos precisam ser modernos e renováveis e capazes de resistir a choques endógenos e exógenos de grande amplitude. A Parceria em Energia e Clima para as Américas (ECPA) tem ajudado os Estados membros a construir uma infraestrutura energética resiliente.

*Resiliência a desastres*

 O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015–2030)[[3]](#footnote-3),reconhece a necessidade de que as práticas de redução do risco de desastres cubram vários tipos de perigos e setores e sejam inclusivas e acessíveis. Essas práticas são necessárias para gerar eficiência e eficácia e para que todas as partes interessadas — empresas, associações profissionais e instituições financeiras do setor privado — enfrentem os desafios presentes e se preparem para os desafios futuros, concentrando-se no monitoramento, na avaliação e na compreensão do risco de desastres, bem como na divulgação dessas informações e de como elas são criadas. É também importante reforçar a governança e a coordenação do risco de desastres nas instituições e setores pertinentes, bem como integrar a gestão do risco de desastres — incluindo a continuidade dos negócios — nos modelos e práticas empresariais por meio de investimentos bem-informados sobre o risco de desastres, especialmente em micro, pequenas e médias empresas. A boa governança está associada à salvaguarda do Estado de direito e dos direitos de propriedade, bem como à prestação de serviços públicos eficientes, por intermédio de uma autoridade que utilize mecanismos, processos e instituições para gerir os assuntos do país**[[4]](#footnote-4).** Sem uma boa governança, seria mais provável que choques adversos conduzissem ao caos e à agitação econômica e social, exacerbando assim os efeitos da vulnerabilidade econômica. Por outro lado, a boa governança pode fortalecer a resiliência de uma economia porque os choques externos são mais bem absorvidos e neutralizados em uma atmosfera de leis previsíveis e políticas confiáveis.

 As evidências mostram que as avaliações e as estratégias de resiliência de larga escala e de cima para baixo não são tão eficazes quanto as abordagens participativas, baseadas na comunidade e de baixo para cima. Por essa razão, a OEA defende a adoção de uma “abordagem comunitária integral” da resiliência, que envolva governos subnacionais e nacionais, o setor privado, o meio acadêmico e as organizações comunitárias, entre outros.

 A resiliência a desastres é um imperativo para os Estados membros da OEA. Por exemplo, dada a natureza competitiva da indústria do turismo da qual todos os países dependem, existe frequentemente uma defasagem entre a rapidez da reconstrução das propriedades danificadas e das infraestruturas sociais e econômicas e a rapidez da recuperação pós-catástrofe do setor, uma vez que os negócios tendem a deslocar-se para outros locais. Para recuperar sua fatia de mercado, muitas vezes as propriedades e destinos afetados, já em dificuldades, precisam investir em dispendiosas campanhas de marketing nos mercados de origem. Via de regra, propriedades e destinos que não são diretamente afetados pela passagem de um furacão são indiretamente afetados por uma percepção dentro dos mercados de origem de que toda a região é insegura.

 Em última análise, os choques sociais, políticos, ambientais ou econômicos associados a desastres lentos e rápidos afetam o bem-estar das pessoas, como sua saúde e meios de subsistência e, de um modo mais geral, a sua capacidade de resistir e de adaptar-se.

 O rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações pode dar condições a governos e cidadãos de se tornarem mais resilientes e de participarem de forma mais efetiva da tomada de decisões em nível doméstico, comunitário, subnacional e nacional, ao terem acesso a uma grande quantidade de informações em tempo real para a gestão de riscos (assim como à melhoria do fornecimento de informações em regiões com escassez de dados)[[5]](#footnote-5).

 No entanto, como a pandemia revelou, apesar da crescente disponibilidade de ferramentas para informar os tomadores de decisão, “a surpresa parece ser o novo normal”. Em seu último relatório GAR196, o UNDRR foi premonitório: “Ironicamente, nesta era de dados, informação e conectividade, embora possamos quantificar mais daquilo que antes era incerto, isso deixa claro o quanto mais ainda não sabemos. Novos riscos e correlações estão surgindo de uma forma que não prevíamos. Ameaças que antes eram consideradas inconcebíveis já não o são”.

 Nesse contexto, as estratégias e os planos devem ser capazes de incluir ajustes em tempo real que prevejam a mudança e a ela respondam quando se busca atividade econômica e desenvolvimento sustentável com flexibilidade e agilidade. Isso significa estruturas de planejamento adaptativas e preventivas, que procuram identificar os fatores de risco nos sistemas a fim de prevenir e mitigar o risco e que permitem que os implementadores reajam rapidamente.

Resiliência social

 O desenvolvimento social e a coesão social são considerados componentes essenciais da resiliência econômica e ambiental. Indicam até que ponto: (i) as relações dentro das sociedades estão devidamente desenvolvidas e podem permitir economias e sociedades resilientes sem o problema da agitação civil; e (ii) o diálogo social eficaz tem lugar em uma economia, o que, por sua vez, permitiria abordagens colaborativas das medidas de fortalecimento da resiliência.

*Resiliência educacional*

 Em meio à pandemia de COVID-19, os sistemas de aprendizagem educacional em todo o mundo enfrentaram rupturas sem precedentes, com 1,5 bilhão de estudantes e 80 milhões de professores afastados de salas de aula e *campi*, fazendo uma transição abrupta para modalidades virtuais, exacerbando assim as desigualdades no acesso à educação e expondo as falhas de um sistema já em dificuldades. Na ALC, com poucas exceções, os países carecem de um sistema de aprendizagem digital abrangente, e os níveis de conectividade continuam baixos, particularmente em comunidades remotas e lares pobres. Estudos recentes estimam que apenas 20% dos estudantes de 15 anos de idade que frequentam escolas desfavorecidas podem aceder a uma plataforma eficaz de apoio à aprendizagem *on-line*, em comparação com 50% dos que frequentam escolas favorecidas.

 Mas há um lado bom. Vislumbram-se possibilidades promissoras em soluções inovadoras, baseadas em aprendizagem digital e educação aberta. Além de responder à emergência sanitária, as tecnologias digitais de aprendizagem permitem que professores, governos e instituições educacionais encontrem novas respostas para o que, como, onde e quando os alunos aprendem melhor, inovação essa que pode efetivamente transformar os sistemas educacionais.

 No entanto, como nem todas as escolas estão igualmente preparadas ou equipadas, não basta permitir que essas forças se desenvolvam por si mesmas, pois isso não conduzirá a resultados positivos e, pelo contrário, poderá ampliar ainda mais as divisões existentes na educação. Para reduzir as desigualdades, todos os estudantes devem ter acesso à infraestrutura, instalações, equipamentos e conteúdos digitais. Além disso, é necessário um apoio específico para que os estudantes menos favorecidos e suas famílias se beneficiem da tecnologia, desenvolvendo habilidades básicas, cognitivas e digitais[[6]](#footnote-6).

 Agora é o momento de vislumbrar um futuro novo e melhor para os sistemas educativos da região. Sistemas que sejam resilientes e respondam bem a mudanças rápidas. Sistemas que aproveitem os novos conhecimentos sobre aprendizagem eficaz e proporcionem a todas as pessoas acesso a uma educação segura, de alta qualidade e acessível, que as equipe com as competências necessárias para prosperarem na economia do futuro e para serem cidadãos bem-informados e engajados.

*Segurança alimentar e nutricional*

 A segurança alimentar refere-se à “situação que existe quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 2006). A COVID-19 tem o potencial de afetar a segurança alimentar em todas as suas dimensões: disponibilidade, acesso, estabilidade e uso dos alimentos.

 Estudos recentes confirmam que as estratégias de contenção da COVID-19 na ALC tiveram consequências diretas e indiretas na segurança alimentar. Por exemplo, uma redução da renda disponível afetou a procura e o consumo de alimentos por parte das populações de baixa renda. Estima-se que, entre abril e maio de 2020, quase 40% dos lares mais pobres da região passaram fome e quase 50% mudaram seu consumo para dietas menos saudáveis (Universidade Cornell e BID, 2020)[[7]](#footnote-7).

 Isso ocorre em um momento em que vários Estados membros da OEA, especialmente os da América do Sul e Central e do Caribe, enfrentam graves crises crônicas ou agudas de insegurança alimentar e nutricional. Em alguns países, essas crises são principalmente de natureza crônica e têm suas raízes em fatores como falta de acesso a financiamento, tecnologias, orientação e treinamento; investimentos limitados no meio rural; infraestrutura envelhecida ou deteriorada, como sistemas de irrigação e equipamentos de armazenamento; vulnerabilidade a choques de preços de *commodities* e moedas; altos níveis de pobreza doméstica; baixa criação de valor agregado nos setores produtores de alimentos; e alta vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e às mudanças do clima.

1. Rumo à cooperação para a construção da resiliência no Hemisfério: Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

Propósito:

O propósito das reuniões do CIDI é produzir um diálogo prospectivo para dividir informações sobre a cooperação orientada à ação para a construção da resiliência nas Américas.

Objetivos:

Oferecer aos Estados membros da OEA a oportunidade de:

1. Envolver-se em uma discussão significativa sobre as suas vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais comuns.
2. Identificar passos concretos que possam iniciar ou continuar, em nível nacional e regional, a fim de construir a sua resiliência face a essas vulnerabilidades; e
3. Acordar ações de cooperação multilateral e parceria para construir resiliência a fim de evitar ou diminuir o impacto de choques internos e externos nos Estados membros.

Estrutura do segundo semestre do CIDI

 O segundo semestre do CIDI será estruturado em uma série de discussões (uma por mês, conforme o calendário proposto abaixo) entre delegações dos Estados membros e vozes líderes de instituições internacionais regionais com um histórico de sucesso na construção de resiliência. Os temas específicos ajudarão a destacar as oportunidades de participação e investimento público e privado na construção da resiliência econômica, social e ambiental, com a cooperação financeira inovadora e as parcerias para a resiliência como temas transversais.

*Resiliência social*

Subtema: O reequipamento da educação em um ambiente pós-covid.

*Data provisória: 28 de julho*

A sessão examinará alguns dos seguintes assuntos/questões:

* Como a pandemia afetou a educação na região? Como são as escolas em um contexto pós-covid?
* Que tipos de políticas e planos poderiam reverter ou minimizar os efeitos da crise na aprendizagem dos estudantes, particularmente nas populações mais vulneráveis?
* Que medidas podem ser tomadas para reduzir a disparidade digital e tecnológica e garantir a inclusão? (políticas públicas, envolvimento do setor privado, reforma administrativa, etc.)?
* Quais são as abordagens de maior sucesso para integrar tecnologias educacionais e preparar alunos e professores nesse contexto?
* Qual é o lado bom desta situação? (ímpeto para expandir o acesso à internet e modernizar os sistemas educativos, outros)?

Subtema: Como enfrentar a insegurança alimentar e nutricional nas Américas

*Data provisória: 25 de agosto.*

A sessão examinará alguns dos seguintes assuntos/questões:

* O que a pandemia demonstrou sobre a gravidade da crise de insegurança alimentar e nutricional nas Américas?
* Que ações podem ser tomadas pelos governos para salvaguardar a segurança alimentar, particularmente para as famílias mais pobres da região?
* Quais são as melhores práticas em termos de políticas e estratégias que estão sendo empregadas para enfrentar os desafios da segurança alimentar?

*Resiliência econômica*

Subtema: Inovação e tecnologia para a resiliência econômica.

*Data provisória: 17 de novembro*

A sessão examinará alguns dos seguintes assuntos/questões:

* Que ações podem ser tomadas para diversificar a base econômica dos Estados membros (economia azul, verde e laranja)?
* Como as empresas podem ser ajudadas a entender suas vulnerabilidades — que incluem a cadeia de suprimentos — diante de rupturas e a tomar as medidas necessárias para retomar as operações após um evento?
* Que abordagens inovadoras podem ser adotadas para impulsionar o desenvolvimento da força de trabalho, o investimento em tecnologia, o apoio aos empreendedores locais e a expansão dos ativos econômicos tradicionais?
* Que tecnologias transformacionais chave são necessárias para apoiar a implementação de uma agenda de construção de resiliência?
* Que políticas, estratégias e competências orientadas ao emprego podem ajudar a construir uma força de trabalho resiliente que possa mudar melhor entre empregos ou setores quando sua atividade principal estiver ameaçada por choques internos e externos?
* Que papel a OEA pode desempenhar no fortalecimento e na melhoria da infraestrutura da metrologia nas Américas?
* Que papel a OEA pode desempenhar no aproveitamento dos ativos peculiares e dos pontos fortes competitivos da região, auxiliando as empresas na recuperação econômica pós-ruptura?

*Resiliência ambiental*

Subtema: Como voltar melhor depois da reconstrução: A chave para uma recuperação resiliente

Data provisória: 29 de setembro

 A sessão examinará alguns dos seguintes assuntos/questões:

* Que políticas regulatórias são cruciais para a resiliência econômica, social e ambiental?
* Como a ciência e a tecnologia podem apoiar a tomada de decisões sobre a resiliência ambiental?
* Que informações, dados e/ou obstáculos precisam ser tratados primeiro a fim de aumentar a resiliência da região a desastres?
* Como garantir que as políticas de crescimento econômico não prejudiquem a qualidade ambiental?
* Que estratégias podem ser adotadas pelos Estados membros para promover uma infraestrutura energética resiliente e incentivar investimentos em infraestrutura verde?
* Como medimos e construímos resiliência contra desastres em comunidades e lares enquanto lidamos com níveis crescentes de incerteza?
* Como os cidadãos podem ser capacitados para obter uma compreensão mais completa dos riscos que enfrentam? Melhores práticas em abordagens que englobem toda a comunidade na construção da resiliência.

*Alavancagem de parcerias e cooperação*

Subtema: Parcerias público-privadas e cooperação para a resiliência.

*Data provisória: 8 de dezembro Membros Observadores.*

A sessão examinará alguns dos seguintes assuntos/questões:

* Cooperação: Troca de experiências, lições aprendidas e boas práticas para a construção da resiliência nas suas três dimensões: econômica, social e ambiental
* Quais são as oportunidades de financiamento, cooperação e parceria disponíveis para a construção de resiliência?

**Calendário provisório das reuniões do CIDI:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Datas provisórias** | **Temas** | **Subtemas** |
| 28 de julho | Resiliência social | O reequipamento da educação em um ambiente pós-covid |
| 25 de agosto | Resiliência social | Como enfrentar a insegurança alimentar e nutricional nas Américas |
| 29 de setembro | Resiliência ambiental | Como voltar melhor depois da reconstrução: A chave para uma recuperação resiliente |
| 22 de outubro | (Procedimentos do CIDI em preparação para a Assembleia Geral da OEA) |
| 17 de novembro | Resiliência econômica | Inovação e tecnologia para a construção de resiliênciaeconômica |
| 8 de dezembro | Alavancagem de Parceriase Cooperação | Parcerias público-privadas e cooperação para aresiliência |

1. **RELEVÂNCIA PARA OS MANDATOS DA OEA**

 A Carta da OEA encarrega o CIDI de promover a cooperação entre os Estados membros da Organização, a fim de alcançar o desenvolvimento integral e, em particular, ajudar a eliminar a pobreza extrema. A Carta também orienta o CIDI a “promover, coordenar e encomendar a execução de programas e projetos de desenvolvimento aos órgãos subsidiários e organismos correspondentes, com base nas prioridades determinadas pelos Estados membros, em áreas tais como a de desenvolvimento econômico e social, inclusive o comércio, o turismo, a integração e o meio ambiente”. A OEA tem uma longa história de promoção de parcerias para o desenvolvimento nas Américas e tem servido como catalisadora do desenvolvimento integrado, sustentável, resiliente e inclusivo na região.

 O Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) encarrega a SG/OEA de colaborar com os Estados membros e fazer a coordenação com outras entidades e organizações internacionais a fim de ajudar a cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos. Além disso, o Secretário-Geral da OEA emitiu uma ordem executiva para que a Agenda seja incorporada aos programas e atividades da Secretaria-Geral.

 Considerando que todos os Estados membros e parceiros de desenvolvimento da OEA continuam concentrados no cumprimento da Agenda 2030 — ao mesmo tempo em que enfrentam os desafios impostos pela pandemia de COVID-19 — este é um momento oportuno para que a OEA adote uma abordagem coerente no atendimento das necessidades de resiliência de seus Estados membros por meio do uso de seus mecanismos de cooperação para o desenvolvimento.

CIDRP02912P04

1. . Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum, 1987. [↑](#footnote-ref-1)
2. . Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). [Natural Disasters in Latin America and the](https://reliefweb.int/report/world/natural-disasters-latin-america-and-caribbean-2000-2019) [Caribbean, 2000-2019](https://reliefweb.int/report/world/natural-disasters-latin-america-and-caribbean-2000-2019) (janeiro de 2020) [↑](#footnote-ref-2)
3. . Aprovado na Terceira Conferência Mundial da ONU sobre Redução do Risco de Desastres, em Sendai, Japão, em 18 de março de 2015. [↑](#footnote-ref-3)
4. . Banco Mundial. [Governance Global Practice.](https://www.worldbank.org/en/topic/governance/overview). [↑](#footnote-ref-4)
5. . Paul, J, Hannah D, e Liu W, “Citizen Science: Reducing Risks and Building Resilience to Natural Disasters [↑](#footnote-ref-5)
6. . OCDE (junho de 2020). [Is COVID-19 widening educational gaps in Latin America? Three lessons for urgent policy action.](https://oecd-development-matters.org/2020/06/04/is-covid-19-widening-educational-gaps-in-latin-america-three-lessons-for-urgent-policy-action/%23_ftn2). [↑](#footnote-ref-6)
7. . Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (junho de 2020). [Ensuring food security in LAC: Challenges and interventions in the](https://publications.iadb.org/en/ensuring-food-security-in-lac-in-the-context-of-covid-19-challenges-and-interventions) [context of Covid-19.](https://publications.iadb.org/en/ensuring-food-security-in-lac-in-the-context-of-covid-19-challenges-and-interventions). [↑](#footnote-ref-7)